

Do chumbo ao *off set*: a modernização gráfica e editorial do Correio Popular¹

Marcel J. CHEIDA²

Puc Campinas

Resumo

O presente artigo aborda a fase de transição entre o sistema de impressão a quente (chumbo) para o frio (*off-set*) do jornal Correio Popular, editado desde 1927 e é o único jornal de circulação paga, diário, nesses 90 anos, de Campinas. De um viés conservador e focado na comercialização de anúncios durante o regime militar, o Correio Popular era confeccionado com impressão a chumbo, o que se aliava ao conteúdo predominantemente opinativo e de pretensão nacional. As pautas locais eram reduzidas até o início dos anos 80, quando o jornal sofre uma importante reforma gráfica e editorial. Os principais protagonistas dessa reforma revelam algumas das estratégias adotadas, então, para fazer do matutino um jornal que conversasse com a cidade e ingressasse nos novos cenários do jornalismo. Ao nascer, o Correio Popular tinha o gene do libelo comandado por Álvaro Ribeiro, que também foi político à época. Depois da sua morte, caminhou para um conservadorismo distante dos conflitos sociais e políticos. Até renascer nos anos 80 para se tornar uma outra referência do jornalismo impresso na região de Campinas.

Palavras-chave: Imprensa, edição, reforma, modernização.

¹ Trabalho apresentado no GT História da Mídia Impressa integrante do 11º Encontro Nacional de História da Mídia.

² Jornalista formado pela Puc Campinas, onde também obteve o título de mestre em Filosofia Social. Professor concursado na Faculdade de Jornalismo da mesma instituição desde 1985.

A fundação

Álvaro Ribeiro reuniu interesses vitais sobre a política e sobre o jornalismo. Aquela seria um fim maior da atividade jornalística. Para poder trafegar pelo conflituoso cenário político da República Velha, dois jornais foram fundados pelo então jovem que enfrentou o exílio em Portugal após se opor ao Governo Federal do mineiro Artur Bernardes, responsável por ordenar o bombardeio à capital paulista para debelar a revolta de oficiais da Força Pública e do movimento tenentista que também chegara a São Paulo (SODRÉ, 1983).

A criação do jornal Correio Popular decorre da trajetória de Álvaro Ribeiro, herdeiro do pensamento republicano e liberal de um jornalista com o qual trabalhou no jornal Comércio de Campinas (MARIANO, 1972), Henrique de Barcelos, pioneiro em investir na publicação de notícias enquanto que os concorrentes privilegiavam a opinião. Nas três primeiras décadas do século XX, o jornalismo campineiro sofria as mudanças imprimidas pela industrialização, pela ascensão da classe trabalhadora e da pequena burguesia³ (SODRÉ, 1983).

Álvaro Ribeiro é descrito, por Mariano (1972), como “defensor das causas populares”, tanto que os dois jornais nascidos sob seus projetos recebem o título de Diário do Povo e Correio Popular. No primeiro caso, um substantivo de apelo, que traduzia ou inspirava o título de outros jornais à época, como o Diário do Povo, de Pernambuco. Popular, o adjetivo ratificava a intenção do jornalista e do político que, sem estar filiado a nenhum partido (como o independente Henrique de Barcelos), foi eleito vereador, exerceu o cargo de prefeito de Campinas por pouco mais de duas semanas. Porém, em confronto com o governo de Artur Bernardes, foi processado e condenado por apoiar o movimento militar paulista de 1924. Exilou-se em Portugal para retornar a Campinas em 1927, quando então funda o Correio Popular após ser recebido como herói (GOMES, 1997). São anos nos quais a República Velha e todos os vícios

³ Sodré (1983) observa as mudanças ocorridas após a Primeira Guerra Mundial, com a ascensão burguesa e o que denominou de “aguerrida vanguarda pequeno-burguesa” que vai influenciar os debates políticos e culturais. A influência do jornal Correio Paulistano, órgão e porta-voz do Partido Republicano Paulista, influenciava todo o País, e, também, os debates em Campinas.

herdados do Regime Imperial e escravagista naufragam sob a perspectiva da industrialização e da urbanização. Os jornais são porta-vozes desse novo tempo.

A imprensa como tribuna e arma da crítica política evidenciava as profundas transformações por que passava a República Velha. Mesmo com baixa tiragem, os matutinos e vespertinos impressos eram a única fonte de informação para a minoritária população letrada e para os analfabetos⁴ que tomavam conhecimento das notícias por meio dos interlocutores.

Quatro anos antes da fundação do Correio Popular, a repressão governamental atingia jornalistas e jornais “em cheio”. Em 1923, havia sido aprovada a Lei Adolfo Gordo, intitulada com o nome do senador que a redigiu. Segundo Pilagallo (2012, p. 78), “conhecida como ‘Lei Infame’, ela introduzia a noção de ‘responsabilidade solidária’, estendendo aos donos do jornal e da gráfica as penalidades impostas por crime de opinião, o que incluía a prisão.”

No município marcado pela história dos barões, pelo regime escravocrata cruel e pela adesão ao movimento republicano que culminou com o fim da monarquia, o jornalista e filantropo Álvaro Ribeiro foi eleito vereador por sete mandatos quando se indignava contra o clientelismo nas relações entre governantes e parlamentares (GOMES, 1997). As ideias resultaram na edição de um livro escrito por ele contra o pernicioso costume político que é preservado até os dias de hoje por governantes, parlamentares eleitos e inúmeros eleitores que obtêm as benesses do sistema.

A morte de Álvaro Ribeiro em agosto de 1929 prenunciava a vitória do novo regime em 1930. O Correio Popular, no entanto, se mantém adversário da Velha República. O irmão de Álvaro, Antônio, assume o jornal com o filho, Ademar, e contratam o jornalista Tasso Magalhães para chefiar a redação. Tasso era getulista e, em 1932, os adeptos do Movimento Constitucionalista o ameaçaram ao tentar invadir o jornal para empastelá-lo⁵. O resultado⁶ foi que os proprietários do jornal recuaram

⁴ A década de 1920 registra cerca de 65% da população acima de 15 anos como analfabeta. Ver Mapa do Analfabetismo no Brasil, Ministério da Educação, Inep. Acesso em <http://www.oei.es/quipu/brasil/estadisticas/analfabetismo2003.pdf>

⁵ Segundo Bahia (2010, 135), empastelar é “derrubar, desmanchar, desmantelar materiais ou instalações gráficas ou editoriais. Assaltar redação ou outras instalações de um jornal ou outro veículo”. O termo é

diante da pressão e demitiram Tasso Magalhães. É dramática a história de tantos jornalistas que foram e ainda são alvos das decisões do patronato por este não resistir e enfrentar pressões de descontentes com os conteúdos publicados em jornais de sua propriedade.

A trajetória era expressão do idealismo que movia a fundação de jornais impressos à época. Algo que se perdeu com as profundas transformações do mercado jornalístico, e cujos herdeiros se distanciam cada vez mais daquele universo em que as ideias prevaleciam sobre os interesses pragmáticos moldados pelo consumo e pelo mercado⁷. A sobrevivência econômica dos jornais trafegou das ambições românticas para uma duvidosa ousadia mercadológica.

Os exemplares do jornal Correio Popular de 1927 eram confeccionados numa rotina de produção industrial, apesar da baixa tiragem. A partir de então, o processo de impressão foi possível com a linotipia para a composição de texto e o prelo rotativo para a impressão das páginas. Antes, os jornais campineiros eram compostos⁸ em “caixotins de tipos móveis e impressos em máquina plana”. Assim, o jornal se tornou pioneiro na introdução, em Campinas, do processo de produção em série dos exemplares, por meio de equipamentos mecânicos que vão suceder o trabalho artesanal dos tipógrafos ou o uso das impressoras planas movidas pela energia dos trabalhadores gráficos.

Os equipamentos de impressão gráfica foram substituídos em algumas décadas, de modo a acelerar o abandono das velhas máquinas, de baixa produtividade, por máquinas movidas à eletricidade. Em 1956, uma nova impressora é adquirida para aumentar o número de páginas por edição: “Novo logotipo e nova impressora com capacidade para imprimir até 40 páginas garantiram um salto de qualidade. O jornal

aplicado a episódios nos quais as redações e tipografias eram atacadas por descontentes ou adversários dos proprietários ou jornalistas.

⁶ Desde 1927, um lema a seguir em prol do interesse coletivo. Correio Popular. Campinas, 04 set. 2007, p. E2, Caderno Especial “Correio, 80 anos”.

⁷ Sobre as transformações ideológicas e paradigmáticas da imprensa ao longo do século XX, ver, entre outros, Bahia (1990); Lima Sobrinho (1997), Romancini & Lago (2007).

⁸ O processo, lento e artesanal, exigia um número grande de tipógrafos, que compunham das linhas com tipos móveis para a impressão de seis a oito páginas diárias.

passa a circular diariamente com 12 páginas durante a semana e 16 aos domingos” (CORREIO POPULAR, 2007, p. E04).

A renovação editorial e o modelo industrial aplicados aos jornais impressos, nesse período, são iniciativas de inúmeros empreendimentos matutinos e vespertinos. O fim da censura oficial, em 1925, vai estimular a expansão dos impressos num cenário político e econômico conturbado que precede a revolução de 1930. E, em razão desses investimentos, o Brasil se torna um dos líderes na produção de impressos:

O equipamento gráfico para a edição de grandes diários no Rio de Janeiro, em São Paulo e mais alguns Estados, assegura ao país, pouco antes de 1930, uma liderança no mercado continental de jornais e revistas que só encontra paralelo na Argentina. Jornais cariocas e paulistas possuem nas suas instalações, de modo geral próprias, linotipos e unidades impressoras modernas. (BAHIA, 1990, p. 176)

Mariano (1972) afirma que, em meados da década de 1950, o Correio Popular investiu não apenas em maquinário, mas na redação, com a divisão de funções, como as de redatores, secretários, bem como nas seções editoriais. Os jornalistas contratados passaram, então, a se dedicar à atividade, deixando de lado outros meios de sobrevivência econômica. Curiosamente, o autor observa que é no Correio Popular que, pela primeira vez, um jornal determina o horário de início dos trabalhos da redação, no início da tarde: “porquanto se exigia a presença dos redatores no jornal mesmo durante o dia, a partir das 13h00” (p. 43).

As novas instalações e o perfil da redação repercutiram na cidade. Mariano (1972) observa também que o alvoroço produzido em Campinas teve um preço. Durante “um ou dois anos”, a empresa “teria sido deficitária” (p. 44). Pouco mais de duas décadas depois, o Correio Popular estava alçado à condição de jornal dos classificados, líder na região em faturamento, período que coincide com a modernização gráfico-editorial.

O insalubre processo de montagem das páginas em matriz de metal e a linotipia fundida em liga de chumbo são mantidos até 1982, quando a empresa adquiriu e instalou inovador sistema de impressão a frio, em *off-set*. As máquinas são instaladas no parque gráfico, em área na confluência da Avenida José de Souza Campos e da Rua Mogi Guaçu, no bairro Chácara da Barra, região Leste da cidade. A impressora *Goss*

Urbanite, adquirida nos Estados Unidos, é composta de 12 unidades impressoras e duas dobradeiras, o que vai permitir maior produtividade em tempo menor.

O plano

A última página do suplemento especial⁹ pelo 50º aniversário de fundação do Correio Popular anunciava, em manchete, a decisão da diretoria do jornal de investir em “novas instalações” em área adquirida para expandir e modernizar a produção. A página reunia cinco fotografias dos linotipistas, paginadores, redatores, repórteres, auxiliares administrativos etc., em pose nos vários departamentos, a redação, a oficina e a administração, com legendas que nominavam todos eles (CORREIO POPULAR, 04. set. 1977).

A notícia abordava o processo de mudanças estruturais, na concepção da empresa, na localização física com a construção de um parque gráfico e na renovação editorial. A justificativa de que as mudanças eram direcionadas aos interesses da “cidade”, Campinas, constituía uma ponta das razões empresariais, pois o concorrente, *Diário do Povo*¹⁰, já havia, gradualmente, nos últimos anos, introduzido uma série de recursos mais modernos na produção jornalística. Assim o jornal justificava o anúncio sobre as mudanças previstas:

Chegando ao meio século de existência, o CORREIO POPULAR (sic), confiante e otimista, renova seu compromisso de continuar trabalhando cada vez mais em pról (sic) da cidade, dando a ela um jornal cada vez melhor. (CORREIO POPULAR, 04 set. 1977)

As tentativas de abrangência regional aparecem num projeto editorial ao final da década de 1970, quando se implanta a Editoria de Região, sob a chefia do jornalista Adyr Gigliotti. Por um breve período, a editoria se distinguiu de outras, até ser

⁹ O suplemento especial de aniversário dos 50º ano da fundação do jornal foi publicado com 28 páginas. A última foi dedicada ao anúncio sobre “o plano das novas instalações, em área já adquirida para o aludido fim”.

¹⁰ O *Diário do Povo* foi fundado pelos jornalistas Álvaro Ribeiro e Antônio Franco Cardoso, em 20 de janeiro de 1912. Ribeiro mesclou o jornalismo com a carreira política.

incorporada na editorial de Geral, numa busca frustrada de obter fontes de receitas com anunciantes da região, segundo o jornalista Paulo Scolfaro¹¹, diretor-adjunto à época.

Ao final da década de 1970, conforme Scolfaro (2015), o *Correio Popular* começa a ser conhecido como um jornal de classificados. A localização do balcão de anúncios, na esquina das ruas Conceição e Dr. Quirino, centro da cidade, facilitava o acesso dos anunciantes, geralmente pessoas físicas que buscavam dar publicidade à venda ou compra de bens pessoais, enquanto que o balcão do *Diário do Povo* se espremia numa rua próxima, a César Bierrembach, a três quarteirões da sede do *Correio Popular*. Scolfaro (2015) lembra-se de que o *Diário do Povo* conseguia atrair mais anunciantes para o classificado do que o concorrente. Mas as mudanças ocorridas desde então levaram o matutino a dominar a publicação de anúncios classificados na cidade.

Entre as alterações adotadas, ainda conforme o diretor-adjunto à época, uma delas foi a divisão dos cadernos, pois os classificados e o noticiário eram publicados num único caderno. Com as inovações, houve a separação do caderno editorial do caderno de classificados e publicidade.

A modernização gráfico-editorial contou com a participação de um novo perfil de jornalistas e da implantação de uma rotina produtiva que foi deixando para o passado a redação baseada nos telegramas, textos opinativos, notícias fornecidas por agências e o tratamento redatorial dado aos informes oficiais oriundos das instituições públicas e privadas. A introdução da reportagem como prática cotidiana da produção editorial encontra em 1981 dois jornalistas que vão contribuir para que a redação fosse reformulada: João Batista Olivi¹² e Edmur Soares¹³.

¹¹ SCOLFARO, Paulo. Entrevista concedida ao autor. Campinas, 10 fev. 2015. Todas as citações a esse nome referem-se a essa entrevista. Paulo Scolfaro foi diretor-adjunto e, em 1981, assumiu a diretoria de redação do jornal. Advogado formado pela Faculdade de Direito de Espírito Santo do Pinhal, nomeado diretor para representar a família Godoy na direção do jornal.

¹² João Batista Olivi começou a trabalhar como jornalista. Depois, atuou como gráfico e, por fim, seguiu a carreira como jornalista em jornais do Interior de São Paulo e no Grande ABC. Antes de ingressar no *Correio*, trabalhou no *Jornal de Hoje*, em Campinas.

¹³ Edmur Soares, advogado e jornalista, passou pelo *Correio Popular* em duas oportunidades. Entre 1963 e 1964 e, depois, de 1981 a 1990. Na primeira, foi redator. Na segunda, ingressou como editor de Local e, em seguida, foi nomeado editor-chefe. Entre 1960 e 1964, trabalhou na sucursal do jornal *Ultima Hora*. Foi ainda repórter na sucursal da *Folha de S. Paulo* entre 1967 e 1968.

O processo de produção do jornal era um misto de intuição, experiência gráfica e improvisação, mesmo sob uma rotina industrial que sempre se perdia pela madrugada. Edmur Soares¹⁴ afirma que a diagramação inexistia até 1981. Segundo ele, havia uma mescla de responsabilidades entre o secretário de redação, Carlos Tôntoli, e a chefia da oficina, que se incumbia da paginação: “O Carlito estabelecia tudo. E o Oswaldo Gallerani, chefe da oficina, é quem fechava as páginas.”

Carlos Tôntoli, falecido em maio de 2006, aos 75 anos, percorreu 42 anos de profissão no Correio Popular, no qual atuou como revisor quando ingressou em 1949, repórter, editor e chegou à secretaria de redação. De perfil conservador segundo os jornalistas com quem trabalhou, era considerada a pessoa adequada para orientar a linha editorial do jornal no dia a dia. Tinha um comportamento bastante cordial e cavalheiresco (CORREIO POPULAR, 04 set. 2007).

Até 1982, a confecção do jornal dependia de composição a quente, com máquinas de composição, linotipos e uma impressora rotoplana, uma Marinoni, instalada em 1956, com capacidade para imprimir 48 páginas, o que limitava o aumento da tiragem. Além disso, o então gerente administrativo da empresa, Hermas de Oliveira Santos, adotava uma estratégia de controle do consumo para impressão do papel jornal de modo a evitar o encalhe¹⁵: “Era uma luta. O Hermas restringia o uso do papel ao dizer que era preferível o sujeito não encontrar o exemplar na banca, em muitos casos. Isso valorizaria o jornal.” (SCOLFARO, 2015).

Entre as estratégias do gerente, quando a redação requisitava o aumento da tiragem em razão de notícias ou reportagens cujos fatos eram de repercussão na cidade, Hermas determinava a redução do número de páginas. Se a redação ampliava o número de páginas, o gerente ordenava a redução da tiragem.

O ambiente da redação, porém, cumpria uma rotina que ajudou a atrasar a modernização do jornal. O sistema de impressão a quente, o predomínio dos artigos de fundo, da publicação de telegramas, de notícias cujas fontes eram as instituições da

¹⁴ SOARES, Edmur. Entrevista concedida ao autor. Campinas, 06 fev. 2015. Todas as citações a esse nome referem-se a essa entrevista.

¹⁵ Encalhe é a quantidade de exemplares de um jornal que é impressa, distribuída nas bancas, mas não é comercializada.

cidade e de uma ou outra reportagem contribuíam para o matutino se manter e dialogar apenas com as autoridades, como constatou Olivi (2015), sem alcançar o povo.

Nos moldes do denominado “jornalismo romântico”, o fechamento do jornal ia até a madrugada. Então, parte dos jornalistas descia para o bar vizinho ao prédio localizado na esquina da Rua Conceição com a Dr. Quirino, onde funcionavam, no térreo, a oficina e o balcão de anúncios, e nos andares superiores, a administração, o departamento comercial, a sala da coluna social e, no quinto andar, a redação.

A redação e a oficina permaneceram no prédio da Rua Conceição até a mudança gradual, iniciada em 1982, para o prédio da Avenida Norte-Sul, construído em 1981. Segundo Scolfaro (2015), a compra da área começou bem antes, pois era dividida em vários terrenos ou lotes. Segundo ele, o último lote foi adquirido de uma das famílias proprietárias no mesmo período em que as máquinas impressoras estavam embarcadas nos EUA para virem para cá.

A rotina da redação considerada “acomodada” por Scolfaro começou a ser desfeita quando ele introduziu o horário de fechamento à meia-noite, como ressalta, em depoimento ao caderno que registrou os 80 anos do jornal:

Como o pessoal costumava atrasar muito a entrega das matérias, a turma da gráfica sempre reclamava. Então, decidi criar uma forma de acelerar o processo. Exatamente à meia-noite, eu apagava as lâmpadas da redação e todo mundo ficava no escuro. Nunca mais tivemos atrasos (CORREIO POPULAR, 04 set. 2007, p. E38)

Outras decisões foram tomadas com o amparo da diretoria, em especial pelo apoio do então diretor de redação, professor Alaor Pacheco Ribeiro, ex-jornalista da *Folha de S. Paulo*, que, segundo Scolfaro (2015), foi fundamental para convencer os outros diretores e assegurar os recursos para a modernização do jornal.

A diretoria, presidida então por Carmen Godoy, filha do empresário Edvard De Vita Godoy, falecido em 1976, autorizou os investimentos que viriam a ser administrados pelo gerente, Hermas de Oliveira Santos, também um dos principais acionistas do jornal, e considerado pelos depoentes Scolfaro, Soares e Olivi o principal executor do projeto de modernização gráfico-industrial.

Ainda em 1980, o perfil da redação se caracterizava, conforme Scolfaro (2015), por jornalistas cuja rotina era burocrática, distante das reportagens e da produção noticiosa que o *Diário do Povo* já conhecia. Ele afirma que, apesar de haver excelentes jornalistas, a acomodação era evidente. Além disso, vários deles resistiam ao fato de Scolfaro não ter experiência na profissão.

Scolfaro disse que começou a trabalhar na redação na editoria de Esportes, na qual contou com a colaboração dos jornalistas Antônio Carlos De Júlio (que era também jornalista da sucursal de O Estado de S. Paulo, em Campinas) e Jânio Henrique Valim. Ao se deparar com “um pessoal 100% acomodado”, adotou o critério de substituir parte dele e eliminar o comportamento daqueles que apenas “botavam o paletó na cadeira”. Ele ressalta que, entre esses jornalistas, havia pessoas de excelente formação intelectual, mas que se distanciaram das inovações exigidas para a época. Assim, durante o ano de 1980, Scolfaro foi gradualmente assumindo novas tarefas para reorganizar a redação, com destaque, originalmente, para as editorias de Esportes e Polícia. Por meio dessas editorias também introduziu a diagramação, com o auxílio do jornalista Ismael Pfeiffer, recurso que vai ser adotado em todas as editoriais em 1981.

Outras inovações compreenderam a assinatura dos serviços das agências O Estado e Jornal do Brasil, além da compra das colunas de jornalistas cujas publicações originadas no Jornal do Brasil repercutiam em nível nacional, como Alberto Dines, Paulo Mendes Campos e a coluna de Carlos Castello Branco, o Castelinho.

Aos domingos, o Correio Popular passou a registrar uma tiragem de 35 mil exemplares, dois cadernos que variavam de 80 a 120 páginas, para uma Campinas com população de 664.559 habitantes¹⁶.

A partir de 1982, o jornal passa a ser produzido por fotocomposição¹⁷ e impressão em *off-set*¹⁸, o que exigiu o planejamento gráfico, a diagramação e os

¹⁶ De acordo com dados da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Campinas, divulgados em 1998.

¹⁷ A fotocomposição constitui um “processo mecânico a frio, em substituição ao sistema de composição quente (linotipia, com chumbo fundido ou outros metais), para produzir uma página impressa” (BAHIA, 2002, p. 163).

cálculos prévios da produção de textos (quantidade de linhas por coluna), imagens (largura conforme a medida das colunas por altura) e dos outros elementos gráficos, como títulos, linhas finas, legendas etc. Os textos datilografados à época seguiam para o departamento de fotocomposição, onde digitadores os copiavam para o computador (com monitores), de onde prosseguiam para a fotocomposição das páginas.

Esse resultado realça a ação estratégica da direção do jornal em acompanhar as mudanças inevitáveis para a sobrevivência do impresso. Scolfaro (2015) lembra que a diretoria do Correio Popular enfrentou, em 1980, um dilema entre fechar o jornal – espremido por novos concorrentes - ou investir para acompanhar as tendências e se tornar o maior jornal de Campinas. Isso em razão do nível de investimento exigido. A decisão, unânime dos diretores, foi pela segunda opção.

A reformulação editorial

O novo projeto editorial e a necessária diagramação foram definidos com o ingresso de João Batista Olivi, na edição, e Flávio Lamas, na diagramação. Conforme Scolfaro (2015), o modelo que serviu para orientar o projeto gráfico do Correio Popular foi o do Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro. Olivi¹⁹ assim se lembra de quando chegou ao jornal como novo editor:

Quando cheguei no Correio, a prioridade era o classificado. Era aquela história assim: era melhor não ter notícia para não complicar. O sonho do Carlito era pôr anúncio até no título da primeira página. Era o sonho dele, fazer uma primeira página só de classificados. (OLIVI, 2015)

Ambos introduziram no jornal o conhecimento adquirido ao longo da atividade profissional. João Batista Olivi havia trabalhado em vários jornais com características mais modernas, que investiam na reportagem: “O Correio não falava da cidade. Não ouvia a população. Era um jornal que publicava telegramas e informes oficiais. Quando fui para lá, começamos a mudar tudo isso”.

¹⁸ “Processo de impressão derivado da litografia, em que a imagem (da página) é gravada por meio fotoquímico numa chapa (matriz) de metal flexível (alumínio ou zinco) e transferida para o papel por meios de cilindros de borracha (blanqueta)”. (BAHIA, 2002, p. 264)

¹⁹ OLIVI, João Batista. Entrevista concedida ao autor. Campinas, 12 fev. 2015. Todas as citações a esse nome referem-se a essa entrevista.

A percepção de Olivi pode ser evidenciada em edições mais antigas do jornal. A edição de 30 de outubro de 1945, cuja manchete é a renúncia de Getúlio Vargas à Presidência, não traz nenhuma repercussão local ou notícia da cidade em torno do fato. Acontecimentos excepcionais, porém, vão merecer a atenção do jornal, como foi o caso do desabamento do Cine Rink, que ocupou toda a primeira página na edição de 17 de setembro de 1951. A capa da edição do dia 15 de dezembro de 1968 tem na manchete a repercussão das cassações promovidas pela junta militar após a decretação do AI 5. Também não há nenhuma nota ou notícia com declarações dos políticos locais.

Durante três anos, de 1980 a 1982, foram acelerados os investimentos e a adequação editorial. O corpo de jornalistas sofreu mudanças e novas vagas foram criadas. O processo culminou com as reformas editoriais, com um corpo de jornalistas mais novos, e de um modelo que chegava tardio ao Correio Popular, como afirmou Edmur Soares, ex-repórter do extinto Última Hora²⁰, cuja sucursal em Campinas foi fechada com advento do golpe de 1964. “Na verdade, quem renovou o jornalismo em Campinas foi a Última Hora. A passagem que tive por lá me fez conhecer o planejamento editorial, a diagramação, a titulação. O que eu fiz foi levar essa experiência para o Correio, quando retornei.”

Edmur Soares ingressou no jornal para trabalhar como editor de Local, quando Olivi respondia pela chefia da edição. Durante 1981, ambos se incumbiram de orientar jornalistas e planejar cada edição. Olivi, porém, deixou o jornal no final do ano para ir trabalhar na Rede Globo de Televisão, na revista eletrônica dominical Fantástico.

A efervescência política e a crise econômica que abatia o País no governo do presidente João Batista de Figueiredo assinalava a abertura do regime e a amplificação de vozes caladas até então ou pela censura ou pela repressão policial. O perfil conservador de jornais que ofereciam espaço para as notas ou declarações oficiais, gradativamente vai sucumbindo a um modelo de jornalismo que privilegia as demandas

²⁰ *Última Hora*, diário fundado por Samuel Wainer, em 1951. Foi o único jornal de grande tiragem a defender o governo getulista contra toda a imprensa, em especial o jornal *Tribuna da Imprensa*, dirigido pelo maior adversário de Vargas, o jornalista Carlos Lacerda. Com um plano ambicioso, a *Última Hora* instalou sucursais em várias capitais e cidades de maior índice populacional. Campinas foi contemplada (WAINER, 2005).

sociais. O matutino caminhava por essa transição ao adotar um jornalismo focado na reportagem, em substituição aos mornos artigos que expressavam uma submissão ao regime.

Scolfaro (2015) afirma que a linha editorial do veículo tinha em Carlos Tôntoli uma referência na produção diária, pois sabia controlar e evitar excessos que poderiam gerar problemas para o jornal. Olivi (2015) confirma e destaca que “o Carlitão era o bastião do conservadorismo no jornal”.

Na percepção Olivi, até o início das mudanças, o jornal era protagonista do diálogo com a elite governante em Campinas. Mesmo não tendo influência na formação de uma opinião pública, segundo ele, o Correio detinha o poder do argumento sobre as autoridades. Com a reformulação editorial e o investimento na produção noticiosa e nas reportagens a partir de então, perderia esse poder, uma vez que deixou de valorizar a opinião: “o Correio só falava com as autoridades. Quando fui para lá, eu cheguei a cometer uma ousadia impensável, a de jogar a opinião para as últimas páginas.”

A decisão de Olivi acompanhou a perda da importância do jornalismo opinativo presente nos editoriais ou artigos de fundo predominantes até a década de 1970. Abreu (2002, p. 41) observa que a participação de jornalistas intelectuais na elaboração dos editoriais ou colunas de opinião caracterizou a época em que “os jornalistas podiam ter e tinham opinião”. Segundo a pesquisadora, os jornalistas influenciavam e se arvoravam em conselheiros políticos com a incumbência de indicar “alternativas para as mais variadas questões.”

Tanto Olivi (2015) quanto Scolfaro (2015) afirmam que as mudanças geraram maior número de assinantes, pois o jornal deixou de ser consultado para ser lido. Houve a contratação de uma nova equipe para o departamento comercial, que incorporou o setor de assinaturas. Scolfaro (2015) conta que o jornal passou de 8 mil para 23 mil assinantes nesse tempo.

As editorias que desencadearam as alterações foram a de Esportes e a de Polícia. Ambas reuniram repórteres que já se dedicavam ao jornal, como Jânio Valin, Renato Otranto e Wilson José. Na editoria de Polícia, foi contratado o jornalista Pedro Paulo Gonçalves (Pepa) que deu outro viés para o conteúdo, com noticiário e

reportagens que fugiam ao padrão reprodutor dos boletins de ocorrência. Scolfaro (2015) diz que, quando chegou à redação, como diretor, optou por atuar com o pessoal de Esportes e reorganizou a editoria com a criação de uma página com uma coluna de notas produzidas por diversos jornalistas adeptos do futebol principalmente.

Olivi (2015) afirma que a editoria de Esportes era uma mistura de fotos com textos, pois carecia de um planejamento no qual a reportagem desse o tom. “A partir de então, a fotografia passou a ilustrar as reportagens”, diz Olivi, que destaca ainda o fato de os conteúdos dessas duas editorias migrarem para a primeira página com manchetes, pois até então a capa do jornal reunia assuntos internacionais e chamadas de temas locais, geralmente originados de instituições diversas da cidade, como as governamentais e civis.

Outra inovação foi criada pelos jornalistas Adyr Gigliotti e Luiz Roberto Saviani Rey e pelo diretor de Redação, Paulo Scolfaro: a coluna Xequete-Mate, de notas políticas. Segundo o depoimento de Saviani Rey, a coluna foi originalmente arquitetada pelo diretor Scolfaro e pelo então editor-chefe Adyr Gigliotti, que havia trabalhado em diversos jornais e revistas em Campinas, além de ter atuado como publicitário. Gigliotti faleceu em agosto de 1991, quase dez anos após a coluna ter sido criada. Mas, acompanhou o sucesso daquele espaço que, segundo Saviani Rey²¹, privilegiava informações dos bastidores políticos da cidade, tema geralmente desprezado até então pela linha editorial do jornal. Os bastidores do mundo do poder governamental passaram a ser notícias, segundo Olivi (2015) e Soares (2015), pois, anteriormente, o jornal reproduzia textos oficiais e até mesmo notas taquigráficas das sessões da Câmara Municipal. Saviani Rey foi o primeiro a assinar a coluna compulsivamente lida pelos políticos da cidade. Ele relata a demissão do jornal Diário do Povo e o convite para assumir a coluna Xequete-Mate no concorrente Correio Popular:

²¹ O jornalista Saviani Rey trabalhou durante 12 anos na sucursal da Folha de São Paulo em Campinas, entre 1980 a 1992. Deixou a Folha depois de ajudar a elaborar e editar o caderno Folha Sudeste, breve experiência editorial da Folha de São Paulo com cadernos dedicados às regiões do Interior paulista. Saviani Rey trabalhou também durante seis anos (1975/1981) no jornal Diário do Povo, o segundo em tiragem e circulação, à época, em Campinas. E em dois períodos: 1981 a 1986 (início) e 1992 a 1995, no Correio Popular, onde respondeu pela editoria de Política e pela coluna Xequete-Mate. Saviani Rey concedeu um depoimento para este artigo, por escrito, via e-mail, em 12 de abril de 2017.

Era o período da transição da compra do Diário do Povo pelo senador Orestes Quécia, com quem eu tinha um atrito. Pedi demissão do Diário às 11 da manhã de uma quinta, e fui contratado pelo Correio, à tarde, quando me foi apresentada a proposta de produzir uma coluna diária sobre política, à qual atribui o título de Xequ-Mate.

Assumi também a cobertura política da cidade, e aproveitava a circulação pelo meio para produzir matérias observando os movimentos de bastidores para garimpar notas para a coluna. Em geral, os informes, muitas vezes carregados de interpretação nasciam de situações inusitadas, curiosas, conflituosas, que não tinham dimensão para a composição de uma notícia. O principal critério era o aspecto factual, a veracidade e o equilíbrio no tratamento de assuntos e temas delicados.

O mesmo ocorreu com a editoria de Economia, para a qual foi contratado o experiente jornalista Hermano Pini Filho, oriundo da mesma área no Jornal do Grande ABC. Coube a ele implantar a coluna de notas econômicas, num município que seria, mais tarde, sede da Região Metropolitana. A adesão do Correio Popular à editoria de Economia seguia a tendência dos grandes jornais impressos em destinar maior atenção ao campo em razão do processo político enfrentado pelo país na década de 1970.

O novo Correio Popular recolhia fórmulas que estavam dando certo. As colunas de Política, de Economia, de Esportes evidenciam o acerto de uma linguagem mais palatável e distante do parnasianismo típico dos jornalistas mais velhos. Agora, o jornal tinha de falar com o povo e sobre o povo (OLIVI, 2015).

As colunas indicavam a tendência dos jornais em elaborar e publicar notícias mais curtas. O projeto gráfico-editorial ressaltava a divisão de cada página com um número maior de notícias, reportagens. O Correio Popular trafegava nesse novo ambiente, assim descrito:

A influência do mercado sobre as redações se fez sentir ainda de outras maneiras. Os jornalistas foram obrigados a produzir textos mais curtos, a escolher títulos sintéticos, a se preocupar com o uso da imagem. Proliferaram as colunas de notas curtas, que têm um número elevado de leitores. [...] Na transmissão da notícia, foi adotado um padrão de texto impessoal, seco, descritivo, rigoroso, no sentido de não expressar juízo de valor. Os comentários pessoais foram reservados aos artigos e às colunas assinadas. (ABREU, 2002, 30)

Outra novidade foi a criação do suplemento cultural, Domingo Cultura, encartado nas edições dominicais (CORREIO POPULAR, 06. set. 1997). O jornal contratou o jornalista e escritor Eustáquio Gomes²² para editá-lo. Foram publicadas 50 edições, de agosto de 1982 a julho do ano seguinte. A curta vida do suplemento, porém, trouxe consequências com a criação da editoria de Cultura que passou a olhar a cidade na perspectiva da reportagem diária.

Com oito páginas, em formato tabloide, o suplemento contrastava o formato *standard* e tradicional. Eustáquio Gomes convidou um grupo de colaboradores de reconhecida formação intelectual, a maioria oriunda da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Assim, estabeleceu pela primeira vez uma relação rotineira entre o jornal e os pensadores da cultura baseados em Campinas. Entre os colaboradores, estavam o filósofo e teólogo Rubem Alves, as pesquisadoras em Teoria Literária, Berta Waldman e Suzi Sperber, a linguista Eni Orlandi, o poeta e linguista Carlos Vogt, o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão e o historiador Amaral Lapa.

Depois do criativo suplemento, Campinas não mais conviveu com uma produção editorial desse porte, apesar da intensa vida acadêmica, artística, literária e cultural da cidade.

Considerações finais

A fase da modernização gráfico-editorial do Correio Popular, no início da década de 1980, tardia em relação a outros grandes jornais brasileiros, como Última Hora, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Globo, entre outros, evidencia o processo gradual que toma conta de inúmeras redações à época. Pequenos e médios jornais vão acompanhar os grandes, que servem de modelo, como foi o caso do Jornal do Brasil para o Correio Popular, pelo menos no aspecto gráfico.

O processo de adequação às tecnologias gráfico-industriais a frio e a introdução dos recursos digitais têm continuidade ao longo da década de 1990, quando a

²² Eustáquio Gomes foi responsável por implantar a Assessoria de Comunicação da Unicamp em 1983, onde trabalhou até sofrer um AVC em 2012. Faleceu em 30 de janeiro de 2014, depois de uma vida prolífica na área literária e jornalística. Entre as obras de destaque, se encontra a biografia do fundador da Unicamp, o médico Zeferino Vaz. A obra recebeu o título de “O Mandarim”. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2014/01/31/unicamp-perde-eustaquio-gomes>. Acesso em: 14 fev. 2015.

já constituída Rede Anhanguera de Comunicação (RAC) lança novos títulos e ingressa no mercado de jornais formato tabloide e de revista de comportamento e consumo, primeiramente intitulada Revista do Correio e, depois, transformada em MetrÓpole.

As duas décadas, de 80 a 90, compreendem profundas mudanças fruto da renovação ocorrida entre 1980 e 1982, após a instalação do parque gráfico e do projeto editorial que permite ao Correio Popular trafegar pelos anos nos quais o País se democratiza. O período romântico é esmigalhado pela produção noticiosa e de anúncios sob a tutela do mercado e das tecnologias gráficas que ajudam a condicionar os conteúdos, agora focados nas demandas de leitores e de públicos variados. A separação entre os interesses da redação e os do departamento comercial desaparece gradualmente, à medida que o jornal amplia investimentos e necessita de novas fontes de recursos.

O Correio Popular não fugiu à fórmula pela qual os grandes jornais conduziram as mudanças a partir da década de 1980. Os fatores mercadológicos influenciam as linhas editoriais e as rotinas de produção, numa estratégia mais próxima entre redação e departamento comercial. Além disso, é dada a largada para as empresas, como a RAC, expandirem os negócios e a encontrarem outras fontes de financiamento. Somente os classificados, os anúncios publicitários e a circulação paga que predominavam até o final de 1980 eram insuficientes para municiar os desafios de uma sociedade que sofre a forte influência do modelo neoliberal e do fim do conflito ideológico entre o Ocidente e o Bloco Soviético.

Vários autores se dedicaram a entender essas mudanças (ARBEX Jr., 2001; BUCCI, 2000; MARCONDES FILHO, 2009; MARSHALL, 2003) que geraram a aglutinação da linguagem do marketing ou da propaganda com a do jornalismo. Gradualmente, o Correio Popular caminha desde a década de 1980 para ir introduzindo essa fórmula que ajuda a sustentar o modelo de negócios até os dias de hoje.

O Correio Popular enfrentou o período de transição político-econômica sem ser afetado pelos concorrentes, que, ao contrário, declinaram e definharam, como foi o caso

do Jornal de Hoje, de vida breve, e o Diário do Povo, que é adquirido em 1996 numa transação que o levou a desaparecer posteriormente²³.

Mesmo os grandes jornais paulistanos, como O Estadão e a Folha de S. Paulo, com circulação em Campinas, não chegaram a ameaçar o matutino campineiro, pois a circulação daqueles dois, mesmo somada, não preocupava mercadologicamente esse. Desse modo, o Correio Popular se enraíza como um jornal de circulação local, identificado com um leitor característico da cidade.

As mudanças ocorridas naquele período confirmam o modelo tradicional de jornalismo pelo quais passaram vários títulos de médio porte no país. A inovação gráfico-editorial seguiu tendências que evidenciam uma homogeneidade editorial e mercadológica entre os grandes e pequenos jornais, com distintas opções que não maculam o modelo geral.

Desde então, o mais antigo diário campineiro em circulação trafega por outras mudanças, inclusive empresarial, que culmina com a criação da Rede Anhanguera de Comunicação (RAC) em 1997, após a compra do principal e histórico concorrente, o Diário do Povo, então de propriedade do ex-governador e ex-prefeito de Campinas, Orestes Quércia.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira A. *A modernização da imprensa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- ARBEX Jr., José. *Showrnlismo – a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- BAHIA, Juarez. *Dicionário de Jornalismo – Século XX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- _____. *Jornal, história e técnica – A história da imprensa brasileira*. Vol. I, São Paulo: Ática, 1990.
- BASILE, Sidnei. *Elementos de jornalismo econômico: a sociedade bem informada é uma sociedade melhor*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

²³ ROLDÃO, ORMANEZE & CARMO ROLDÃO (orgs.) *A imprensa em Campinas: retratos da história*. Holambra, SP: Editora Setembro, 2016, p. 15 e p. 151..

CORREIO POPULAR. Inovação tecnológica marca avanço rumo a grupo editorial. *Correio*, 80 anos. Campinas, 04. set. 2007, p. E04.

_____. *Otimistas e confiantes estamos planejando novas instalações!* Campinas, 04. set. 1977, p. 28. Caderno Especial.

_____. *Um jornalista sempre em busca da verdade e da justiça.* Campinas, 04. set. 2007. Caderno Especial, 80 anos, p. E13.

_____. *Uma festa cultural de 50 domingos.* Campinas, 06 set. 1997. Suplemento de aniversário dos 70 anos do jornal.

GOMES, E. A breve intensa e turbulenta vida de Álvaro Ribeiro. *Correio Popular*, Campinas, setembro de 1997, Caderno Especial, p. 11.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O problema da imprensa.* São Paulo: Edusp/ComArt, 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Ser jornalista – O desafio das tecnologias e o fim das ilusões.* São Paulo: Paulus, 2009.

MARIANO, Júlio. *A história da imprensa em Campinas.* Campinas: Massaioli, 1972.

MARSHALL, Leandro. *O jornalismo na era da publicidade.* São Paulo: Summus, 2003.

PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista – Jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma.* São Paulo: Três Estrelas, 2012

ROLDÃO, Carlos G., ORMANEZE, Fabiano & CARMO ROLDÃO, Ivete C. do (orgs.) *A imprensa em Campinas: retratos da história.* Holambra, SP: Editora Setembro, 2016.

ROMANCINI, Richard. & LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil.* Florianópolis: Insular, 2007.

SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil.* São Paulo: Martins Fontes, 1983

WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver.* Eds. Augusto Nunes & Pinky Wainer, Rio de Janeiro: Planeta, 2005.

Entrevistas e depoimento

OLIVI, João Batista. Entrevista concedida ao autor em 11 de Fevereiro de 2015.

SCOLFARO, Paulo. Entrevista concedida ao autor em 10 de Fevereiro de 2015.

SAVIANI REY, Luiz Roberto. Depoimento concedido por escrito, via e-mail, em 12 de abril de 2017.

SOARES, Edmur. Entrevista concedida ao autor em 06 de Fevereiro de 2015.
